



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
O Jornal

Data
Quarta-feira, 06 de janeiro de 2010

TJ e governador não chegam ao consenso sobre Orçamento 2010

Sem obter resultados, alternativa foi criar comissão para analisar números

Thácia Simone
Repórter

A cúpula do Tribunal de Justiça recebeu ontem à tarde o governador Teotônio Vilela Filho (PSDB) para falar sobre o orçamento 2010. Depois de quase duas horas de reunião os poderes não chegaram a um número que agrade ao TJ. A visita do governador acontece depois das fortes declarações dadas pela presidente do TJ, Elisabeth Carvalho. Ela demonstrava insatisfação com os cortes e fez várias ameaças ao governo.

O Tribunal não abre mão de receber os R\$ 263 milhões pretendido, mas o governo diz só ter condições de repassar R\$ 195,2 milhões, o que gera uma diferença de R\$ 68 milhões para o cofre do judiciário. O Orçamento foi devolvido ao Executivo por decisão judicial do ministro do

Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, que determinou o aumento no repasse do Tribunal de Justiça.

O único entendimento entre o TJ e o governo foi a formação de uma comissão composta por oito integrantes, sendo quatro de cada um dos dois poderes, para discutirem os números do Estado e quem sabe chegar a um valor que atenda a necessidade do Estado e aos anseios do TJ. A expectativa é que ainda esta se-

mana o orçamento seja concluído e encaminhado para a Assembleia votar na próxima terça-feira, data marcada pelo presidente da ALE, Fernando Toledo (PSDB), para apreciar o orçamento. Se até esta data o orçamento não chegar, o presidente vai divulgar nova data para votação.

A comissão do executivo se reúne hoje para chegar a um valor que possa ser apresentado na quinta-feira para os inte-

grantes da comissão que representam o Poder Judiciário. O Pleno do TJ deve apreciar a proposta e se for aceita devolver ao executivo para ser inclusa no orçamento do Estado de Alagoas. De acordo com o procurador-geral do Estado, Mário Jorge Uchoa "está é a única pendência do executivo para finalizar as modificações do orçamento 2010 e encaminhá-lo para aprovação da Assembleia Legislativa".

COMISSÃO ESPECIAL

A comissão que vai discutir o orçamento será composta:

REPRESENTANDO O TJ - desembargador Otávio Leão Praxedes, desembargador Tutmés Airan, corregedor José Carlos Malta e desembargador Estácio Gama.

REPRESENTANDO O EXECUTIVO - Secretária do Gabinete Civil, Secretária de Fazenda, Secretária de Planejamento e Procuradoria Geral do Estado.

PÁGINA A3



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
O Jornal

Data
Quarta-feira, 06 de janeiro de 2010

Planejamento não sabe onde cortar

De acordo com o secretário Estadual de Planejamento, Sérgio Moreira, está muito difícil escolher uma área para fazer o corte a fim de contemplar o Poder Judiciário com um incremento no seu orçamento.

Conforme destacou Sérgio Moreira: “ano após ano o orçamento vem sendo mais realista. Não existem sobras, gorduras no orçamento. Não sabemos onde vamos fazer os cortes. Por outro lado reconhecemos que o poder judiciário presta um serviço essencial para a população”.

“O Poder Judiciário é o

único dos poderes que tem espaço dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para aumentar despesas com o pessoal. Os demais poderes estão no limite. Entendemos como legítima a reivindicação do Estado. Mas precisamos que as pessoas entendam que estamos levando mais respeito para o Estado e não podemos inventar dinheiro, foi por isso que entramos nas regras da lei. Se sairmos da lei vamos perder as conquistas que tivemos. Alagoas resgatou a credibilidade e hoje temos uma carteira de desenvolvimento”, disse Sérgio Moreira.

O secretário disse, ainda, que esse processo de negociação para ajustar o orçamento é normal. “Antes da aprovação do orçamento sempre existe um período de negociação entre os poderes, afinal eles são iguais e se respeitam”.

Sobre a possibilidade de chegar a um consenso ainda esta semana ele disparou: “Confio no bom senso e no respeito entre os poderes. Acredito e torço para que esta semana o orçamento seja concluído e encaminhado para apreciação da Assembleia”.

PÁGINA A6



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
O Jornal

Data
Quarta-feira, 06 de janeiro de 2010

Judson Cabral reclama do atraso

O deputado estadual Judson Cabral (PT) conversou com O JORNAL sobre o atraso no envio do orçamento e a briga dos poderes. Ele não concorda com a comissão formada pelo Executivo e Judiciário e prevê que não será possível votar o texto na sessão da próxima terça-feira, dia 12, mesmo que o documento seja entregue à ALE ainda esta semana.

“O orçamento é uma lei que tem regras. A ALE tem a prerrogativa de analisar. Votar ou não e emendar. Não adianta a

Justiça impor uma situação favorável em detrimento dos demais poderes. Tem que haver diálogo principalmente num Estado como o nosso que não tem orçamento próprio, depende de transferências federais. Isso tem que ser levado em consideração”, exclamou o parlamentar.

A sugestão do deputado é que a comissão formada para discutir o orçamento seja com todos os poderes e não apenas com o TJ e o Executivo. Judson Cabral disse que não é favorá-

vel ao aumento do duodécimo da Assembleia e acredita que na próxima sessão da ALE não será possível aprovar o Orçamento 2010 de Alagoas.

“Analisar a proposta como deve ser, eu não vejo como fazer isso em tão pouco tempo. As comissões precisam analisar. Eu não defendo a proposta do rolo compressor. Não defendo que vote sem analisar, mas também não quero burocratizar demais a fim de prejudicar o bom andamento do Estado”, esclareceu o petista.

PÁGINA A6



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
O Jornal

Data
Quarta-feira, 06 de janeiro de 2010

*Executivo vai cortar
o próprio Orçamento*

Pelo que O JORNAL apurou, para atender ao pedido de reajuste do Tribunal de Justiça o Executivo vai ter que penalizar alguma área inclusa no seu orçamento. O procurador-geral descreve como: “uma concessão que corresponde a cortes no Poder Executivo”.

Mário Jorge não entende a pressão do Tribunal de Justiça como uma falta de sensibilidade. “Cada poder procura aumentar sua fatia. O TJ pretende nomear mais 30 novos juízes e fazer concursos. São aspirações justas, mas a conta não fecha. A arrecadação não cobre e não podemos ter orçamento negativo, por isso precisamos ter uma previsão orçamentária baseada nos dados do Ministério da Fazenda e do Planejamento que se aproximem ao máximo do real”.

Ele explica que este ano a previsão era de R\$ 400 milhões a mais e este déficit foi todo absorvido pelo Executivo, já que os demais poderes recebem os duodécimos. “Estamos com cuidado para chegar a um número para o Tribunal de Justiça que possa ser cumprido. Estamos empenhados nisso, desde que a liminar chegou estamos cumprindo, o orçamento foi devolvido e estamos fazendo os estudos necessários”.

PÁGINA A6



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
O Jornal

Data
Quarta-feira, 06 de janeiro de 2010

AGRESSÃO

STJ e TJ não aceitam liberdade de juiz

Thácia Simone
Repórter

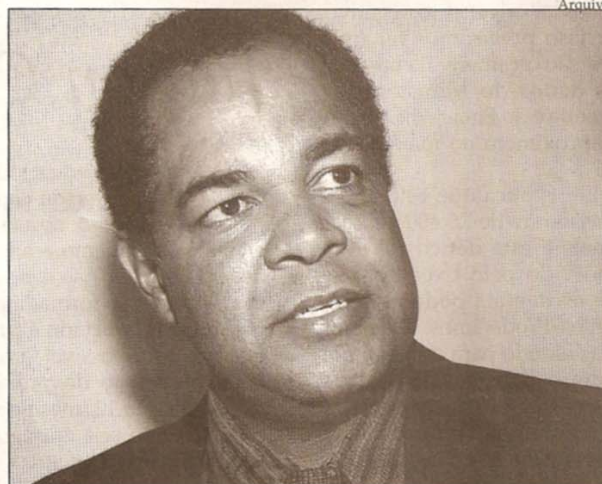
Ontem foi um dia de resultados negativos para o juiz José Carlos Remígio, da comarca de São Miguel dos Campos. O pedido de habeas corpus feito ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi negado, assim como o pedido de revogação da prisão pleiteado ao Tribunal de Justiça de Alagoas.

Isso significa dizer que o juiz continuará preso no quartel do Corpo de Bombeiros, no Trapiche. Ele chegou ao local no dia 25 de dezembro após ser flagrado pela Polícia Militar agredindo a namorada. O juiz que reclamou da prisão aparentava estar alcoolizado.

O Tribunal de Justiça negou o pedido de revogação da prisão e o de relaxamento pelos mesmos argumentos.

Dentre os argumentos foi apontado que não cabe fiança para este tipo de crime porque o caso ainda está sendo apurado. A defesa não se cansa de fazer novas tentativas para devolver a liberdade ao juiz. O MPE já deu parecer pela manutenção da prisão preventiva.

O cerco parece que está se fechando para o juiz e as possibilidades de sair em pouco tempo da prisão só diminuem. A defesa do magistrado já informou que hoje entra com recursos no TJ porque acredita que as possibilidades não acabaram.



José Carlos Remígio continua preso no Quartel dos Bombeiros

PÁGINA A4



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
O Jornal

Data
Quarta-feira, 06 de janeiro de 2010

Malta Marques quer ordem de documentos

A Secretaria-Geral da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) trabalha na confecção de ato recomendatório disciplinando o descarte de papéis no âmbito das diversas Varas e Comarcas do Estado de Alagoas. A determinação é do corregedor geral José Carlos Malta Marques, que concluiu, na manhã desta terça-feira (5), despacho sobre os fatos relacionados ao surgimento, em via pública, de documentos de unidades judiciárias do Fórum da Capital, em outubro de 2009.

No texto, o desembargador recorda ter tomado conhecimento do caso através da imprensa, “no seu relevantíssimo mister de manter informada a população de tudo quanto acontece no meio social”, e ratifica a constatação feita pela comissão presidida pelos juízes Fernando Tourinho, Paulo Zacarias (estes auxiliares da Corregedoria Geral de Justiça) e Jerônimo Roberto de que os documentos “destinar-se-iam ao lixo, ou em última análise para o depósito (arquivo) do Judiciário”.

O desembargador relembra que alguns dos documentos recolhidos em via pública estavam em duplicidade, em razão de existir outra via de idêntico teor nos autos respec-

tivos. Quanto às cartas de sentença, de adjudicação e aos formais de planilha, Malta Marques recorda trecho do relatório preliminar segundo o qual tudo estava separado e seria enviado ao lixo, o que evidencia a fortuidade do caso, sem provocar prejuízos por terem sido recolhidos imediatamente.

Em sua decisão, o corregedor geral do Judiciário afirma que, apesar da constatação de que os papéis teriam como destino o depósito, não há porque afastar da conduta dos serventuários das varas em questão “fortes tintas de conduta desleixada e consumada de modo irresponsavelmente displicente”. O desembargador também considera “inconcebível” que a quantidade de papéis com forma e conteúdo documental fossem juntados aqueles destinados ao lixo, sem que os funcionários percebessem.

O desembargador Malta Marques determinou ainda o encaminhamento de cópias do relatório à presidente do Tribunal de Justiça, Elisabeth Carvalho Nascimento, ao Corregedor Nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, e ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes.

PÁGINA A4